



# Nota Conceitual para o Fórum Anual Shandia 2024

## Contexto - Por que estabelecemos a Plataforma Shandia

Em 2021, a GATC lançou Shandia como a nossa plataforma comum para facilitar o financiamento direto aos territórios dos Povos Indígenas e Comunidades Locais para ações que combatam as alterações climáticas, conservem a biodiversidade e sustentem os nossos direitos e o desenvolvimento autodeterminado. Os fatores que levaram a esta decisão são brevemente descritos abaixo:

O mundo enfrenta atualmente uma convergência de crises, incluindo alterações climáticas irreversíveis, colapso acelerado da biodiversidade, violações dos direitos humanos e desigualdades crescentes. Estes desafios têm implicações profundas para a saúde do nosso planeta e para o bem-estar e futuro da humanidade.

Nos nossos territórios, estas crises interligadas reflectem-se no aumento da pressão sobre as nossas terras, territórios, recursos naturais e tecido social, resultando na degradação ambiental, poluição, apropriação de terras, deslocamentos forçados, ataques aos defensores ambientais e dos direitos humanos, pobreza e emigração de jovens. , entre outros. Por estas razões, os nossos povos e comunidades estão entre os grupos mais marginalizados e empobrecidos nas nossas respectivas sociedades. Notavelmente, embora os Povos Indígenas representem apenas 6,2% da população mundial, representamos uns impressionantes 18,7% dos extremamente pobres<sup>1</sup>.

O impacto cumulativo nas nossas terras, territórios e recursos naturais torna cada vez mais difícil manter as nossas práticas tradicionais de gestão sustentável e sistemas de governação, e transmitir conhecimentos, práticas e inovações tradicionais às gerações futuras.

No entanto, os nossos povos e comunidades continuam a ser os protetores e guardiães de vastos territórios tradicionais, que albergam muitas das florestas remanescentes e ecossistemas intactos do mundo e desempenham um papel vital no sequestro de carbono e na biodiversidade. Por exemplo, estima-se que 36% das florestas intactas remanescentes no mundo e pelo menos 24% do carbono acima do solo nas florestas tropicais são encontradas nos territórios dos Povos Indígenas. As taxas de desmatamento em terras onde os povos indígenas têm direitos de posse seguros são

---

<sup>1</sup> OIT, 2019: *Implementando a Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais: Rumo a um futuro inclusivo, sustentável e justo*, pág. 13. Disponível [aqui](#)



significativamente mais baixas do que em áreas fora do nosso controle<sup>2</sup>. Por isso, nós somos parceiros essenciais para combater as alterações climáticas, conservar a biodiversidade e garantir o desenvolvimento sustentável e capacitar os nossos povos e comunidades não é apenas uma questão de justiça e equidade, mas também um imperativo estratégico.

A sociedade global está a mobilizar recursos para alcançar a Agenda 2030, o Acordo de Paris e o Quadro Global para a Biodiversidade. No entanto, embora o nosso papel seja fundamental, enfrentamos obstáculos significativos no acesso ao financiamento para iniciativas nos nossos territórios.

Não há um acompanhamento sistemático, mas a Rainforest Foundation Norway estima que o financiamento para os direitos de posse e a gestão florestal dos Povos Indígenas e das Comunidades Locais ascendeu a menos de 1% da ajuda internacional ao desenvolvimento climático entre 2011-2020.<sup>3</sup> Além disso, apenas uma pequena fracção dos fundos é atribuída diretamente a organizações lideradas por Povos Indígenas ou Comunidades Locais. Uma pesquisa entre 75 grandes organizações de Povos Indígenas, redes nacionais e regionais e mecanismos de financiamento de África, Ásia e América Latina em 2022 revelou que apenas 6 delas tinham um orçamento superior a 1 milhão por ano<sup>4</sup>. No âmbito do Compromisso de Posse Florestal de 2021, que visa explicitamente aumentar o apoio direto aos Povos Indígenas e Comunidades Locais, é apenas 2,1% do financiamento desembolsados até agora, que são atribuídos diretamente a uma organização liderada pelos nossos povos ou comunidades<sup>5</sup>.

A maior parte dos fundos destinados aos Povos Indígenas e às Comunidades Locais é canalizada através de agências multilaterais, governos, ONG internacionais e outros chamados “intermediários”. Por exemplo, no âmbito do Compromisso de Posse Florestal de 2021, cerca de 50% do financiamento total é canalizado através de ONG internacionais. Uma análise dos projetos financiados pela Noruega entre 2021 e 2023 com um objetivo relacionado com o Compromisso revelou apenas um projeto cujo financiamento foi diretamente para uma organização indígena, constituindo 0,19% do orçamento revisto<sup>6</sup>.

Os custos de transacção desta abordagem indirecta ao financiamento não são conhecidos, mas como Aliança Global de Comunidades Territoriais, podemos afirmar que as nossas organizações e comunidades continuam sub-financiadas no meio das crises interligadas que enfrentamos.

---

<sup>2</sup> Veja dados do [Instituto de Recursos Mundiais](#)

<sup>3</sup> Rainforest Foundation Noruega, 2021: *Ficando aquém*. Disponível [aqui](#)

<sup>4</sup> Carapa 2022: *Direcionando Fundos para Direitos*, pág. 31. Disponível [aqui](#)

<sup>5</sup> Ver o relatório anual 2021-22 do Forest Tenure Funders Group, p. 9. Disponível [aqui](#)

<sup>6</sup> Coleta de dados GATC/Shandia 2023, publicação futura.



Além disso, quando o financiamento está disponível, é muitas vezes de curto prazo, competitivo e imprevisível, impulsionado pela oferta e não alinhado com as nossas prioridades autodeterminadas. Em muitos casos, o financiamento está sujeito a regras e procedimentos complexos que são muitas vezes proibitivos para as nossas organizações e não apoiam a transparência e a responsabilização perante as comunidades.

Os doadores tendem a desconhecer a capacidade organizacional das nossas organizações e muitas vezes somos deixados de fora do diálogo entre os doadores e as chamadas organizações intermediárias. Assim, os nossos direitos fundamentais à participação na tomada de decisões e ao Consentimento Livre, Prévio e Informado não são respeitados. Isto tem implicações negativas para a autodeterminação, propriedade institucional, capacidade e capacitação das nossas organizações e comunidades. Estas são as razões pelas quais criamos a Plataforma Shandia.

## **Novos desafios e o contexto político do Fórum Shandia 2024**

Desde que a assimetria entre a nossa importância no enfrentamento das mudanças climáticas e da perda de biodiversidade e os recursos direcionados aos PI&CLs ganhou força nas arenas globais graças à defesa dos PI&CLs, temos observado algum progresso neste cenário. De acordo com o relatório divulgado em abril de 2024 pela Rights and Resources Initiative e pela Rainforest Foundation Norway<sup>7</sup>, os recursos investidos para este fim ascenderam em média a 517 milhões de dólares por ano desde 2020, o que representa um aumento de cerca de 36% em relação aos quatro anos anteriores. Parte significativa desse crescimento é atribuída aos investimentos realizados pelo Forest Tenure Funders Group (FTFG), responsável por 72% do aumento, confirmando a importância do Pledge estabelecido em 2021 na COP26. Outro desenvolvimento positivo é que os recursos direcionados para garantir os nossos direitos territoriais também aumentaram em todas as regiões analisadas no relatório.

Um ano depois, durante a COP 27, em Sharm El-Sheikh, foi estabelecida a Parceria de Líderes Florestais e Climáticos (FCLP), com o objetivo de aumentar os compromissos dos governos do Norte Global com os países do Sul Global para a expansão da ação política para florestas, uso da terra e políticas climáticas. Uma das prioridades acordadas pela FCLP é envolver-se melhor com organizações de PI&CLs em todo o mundo e para isso uma das principais estratégias foi criar a Plataforma de Diálogo para PI&CLs, que foi lançada durante a COP28 e na qual a GATC é um ator central.

---

<sup>7</sup> Iniciativa de Direitos e Recursos e Fundação Rainforest Norway. "Estado do financiamento para direitos de posse e tutela florestal: financiamento de doadores para povos indígenas, comunidades locais e povos afrodescendentes em países com florestas tropicais (2011–2023)." 2024.



Além disso, é também importante destacar o lançamento do Fundo Quadro Global para a Biodiversidade (GBFF) em agosto de 2023, sob a égide do Fundo Global para o Ambiente (GEF). Com o objetivo de atingir as metas estabelecidas pelo Quadro Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal na CBD COP15, o GBFF prometeu inicialmente 211 milhões de dólares, incluindo um compromisso não vinculativo de que 20% dos recursos seriam alocados para projetos relacionados com PI&CLs. No seu primeiro programa de trabalho, o GBFF atribuiu **US\$ 37,8 milhões** para o desenvolvimento de três projetos no México, Gabão e Brasil.

O acesso a esses dados em si também representa um progresso, resultante de um esforço coletivo de financiadores, organizações de PI&CLs, instituições multilaterais e bilaterais e governos para aumentar a transparência dos recursos destinados aos PI&CLs. Entre estas iniciativas, o Roteiro de Paris destaca-se pelo seu trabalho na construção de um quadro comum para rastrear fundos para os Povos Indígenas, no qual o GATC desempenha um papel central.

Embora tais avanços devam, sem dúvida, ser comemorados, ainda há muito a ser feito em relação às mudanças sistêmicas para a garantia efetiva das nossas cinco demandas. Nesse sentido, alguns dados críticos devem ser destacados sobre a situação atual do financiamento dirigido aos PI&CLs.

Estima-se que pelo menos **US\$ 10 bilhões** precisam ser investidos até 2030 para reconhecer direitos territoriais sobre cerca de 400 milhões de hectares em 18 países críticos para cumprir os compromissos no combate às alterações climáticas e à perda de biodiversidade. Mesmo com as iniciativas e compromissos recentes, ainda estamos longe deste montante e as desigualdades históricas entre os países do Norte global e do Sul global tornam este caminho ainda mais difícil. Por exemplo, os países com déficits significativos no reconhecimento dos direitos territoriais não recebem recursos proporcionais para resolver esta questão crucial. Este especialmente o caso de **Indonésia e Camarões, que representam 36% dos territórios não reconhecidos** em todo o mundo, mas recebem apenas cerca de **9% do financiamento** para este propósito.

No que diz respeito aos recursos que já estão a ser implementados, os dados mais recentes<sup>8</sup> mostra que nos últimos 13 anos, **140 projetos** receberam mais da metade de todos os recursos investidos em PI&CLs. Esses projetos são normalmente implementados por governos, instituições multilaterais, grandes empresas de consultoria e organizações internacionais de conservação e tendem a ser de longo prazo, recebendo de **dezenas a US\$ 100 milhões**. No lado oposto estão os recursos recebidos pelas nossas organizações, normalmente distribuídos em projetos de curto prazo e recebendo quantias bem menores - entre **\$ 30.000 e \$ 50.000**.

---

<sup>8</sup> Iniciativa de Direitos e Recursos e Fundação Rainforest Norway. "Estado do financiamento para direitos de posse e tutela florestal: financiamento de doadores para povos indígenas, comunidades locais e povos afrodescendentes em países com florestas tropicais (2011–2023)



Esta assimetria persiste apesar da **multiplicação de mecanismos de PI&CLs**. Sob a égide da Shandia, é admirável o trabalho do **Fundo Territorial Mesoamericano (FTM)**, que, no seu primeiro ciclo de projetos até 2022, investiu **US\$600.000** para apoiar **10 projetos** em **seis países diferentes**, alcançando **16.952** pessoas. É também o caso de **Arquipélago**, que apoiou até **157 iniciativas** em **32 províncias da Indonésia**, abordando **US\$ 948,142** às comunidades indígenas em pouco mais de um ano de existência. Ainda sob a égide da Shandia, é importante destacar que o **Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)** e a **Rede de Comunidades Indígenas e Locais para a Gestão Sustentável dos Ecossistemas Florestais na África Central (REPALEAC)** estão em processo de criação de seus **mecanismos próprios** avançar com financiamento direto para PI&CLs no Brasil e na Bacia do Congo.

Todo este progresso poderia atingir outra escala se os recursos necessários fossem alocados aos mecanismos liderados pelos PI&CL. Hoje em dia, **a procura de apoio por iniciativas comunitárias é muito maior do que os recursos disponíveis**. Estima-se que **apenas 30% do projetos recebidos**<sup>9</sup> por mecanismos de PI&CLs são financiados, devido à falta de fundos. Estes dados são corroborados por relatórios elaborados pelos doadores: por exemplo, o FTFG<sup>10</sup> declarou no seu último relatório que, embora o montante total do financiamento direto tenha aumentado em 2022, **apenas 2,1%** dos recursos alocados foram para organizações lideradas por PI&CLs, **proporcionalmente menor que os 2,9% de 2021**.

A situação é ainda mais grave se falarmos de grupos historicamente marginalizados. Considerando os recursos direcionados às mulheres e meninas, **apenas cerca de 1,4%** de todos os orçamentos filantrópicos endereçados em todo o mundo foi alocado para **Mulheres indígenas** entre 2016 e 2020, implementado principalmente por organizações não indígenas<sup>11</sup>.

No que diz respeito à transparência, ainda temos um longo caminho a percorrer para garantir o monitoramento eficaz dos recursos alocados aos PI&CL, especialmente aqueles executados por meio de financiamento direto. As múltiplas formas de responsabilização por parte dos financiadores e das organizações intermediárias, bem como os diferentes entendimentos da própria noção de financiamento direto, representam desafios significativos. A superação destes desafios exigirá um esforço colectivo considerável por parte das diversas partes interessadas.

Portanto, nossa perspectiva é que, embora as razões pelas quais a GATC criou a Plataforma Shandia sejam agora um consenso político, isso não significa que os objetivos da Shandia tenham sido alcançados. Em vez de os PI&CLs assumirem a liderança deste processo e o financiamento direto ser

---

<sup>9</sup> Tartaruga

<sup>10</sup> Grupo de Ternure Florestal de Povos Indígenas e Comunidades Locais. "Compromisso de permanência florestal dos povos indígenas e comunidades locais: Relatório Anual (2022-2023)" (2023)

<sup>11</sup> Financiadores Internacionais para Povos Indígenas e Foro Internacional de Mujeres Indígenas 2024 "Líderes e Administradores: Análise Global do Financiamento para Mulheres Indígenas" (2024)



efectivamente reforçado, os dados disponíveis mostram o fortalecimento dos chamados intermediários e uma atmosfera competitiva para recursos que põe em risco os mecanismos liderados pelos PI&CLs. No nível político, o futuro do financiamento climático e da biodiversidade ainda é feito por governos, grandes ONGs e organizações não pertencentes a PI&CLs, frequentemente sem qualquer tipo de processo de consulta. Além disso, os ataques às nossas vidas e aos direitos territoriais ainda são amplamente financiados mundialmente.

Agradecemos os esforços dos doadores, aliados estratégicos e organizações parceiras que trabalharam conosco nos últimos anos para mudar esta situação. Notamos também um maior diálogo e apoio dos nossos aliados estratégicos no reforço da divulgação e da defesa e no envolvimento dos decisores. O seu apoio e aliança são cruciais para sobrepor as questões sistémicas da arquitectura financeira do clima e da biodiversidade, num momento auspicioso. Um novo compromisso do FTFG está a ser planeado, novos fundos climáticos estão a ser articulados ou a ser operacionalizados (o Fundo para Perdas e Danos e o Fundo de Adaptação, por exemplo) e a Plataforma para Apoiar os Povos Indígenas e as Comunidades Locais na Acção Climática e Florestal da FCLP tem um plano de trabalho para seguir em frente.

É também muito importante enfatizar que, mesmo num cenário tão complexo, o que testemunhamos no terreno é o florescimento de iniciativas criativas e comunitárias, baseadas no conhecimento tradicional dos PI&CLs, nos sistemas de governação e nos direitos à terra, financiadas através de mecanismos liderados pelos PI&CLs. Os próprios mecanismos liderados pelos PI&CLs estão a construir procedimentos de responsabilização inovadores para atender simultaneamente aos requisitos dos doadores e às necessidades das comunidades, lutando assim para garantir o nosso papel crucial na manutenção da floresta, da biodiversidade e, portanto, do mundo vivo. O **soluções de base territorial** estão se multiplicando em todo o mundo, em um ambiente colaborativo entre Povos Indígenas, Comunidades Locais e organizações afrodescendentes. Shandia faz parte deste esforço, trabalhando lado a lado com os mecanismos territoriais sob a nossa égide.

## **Fórum Anual Shandia 2024**

Shandia organizará anualmente um fórum global reunindo representantes das organizações membros do GATC e dos seus respectivos mecanismos de financiamento territorial regional e nacional, fundos territoriais com ideias semelhantes estabelecidos pelos Povos Indígenas e Comunidades Locais, juntamente com os principais doadores, aliados estratégicos e pessoas de recurso. O Fórum Shandia será organizado em conjunto com a Semana do Clima de Nova Iorque (NYCW), que também acontece simultaneamente com a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), um momento político crucial para os actores dos direitos humanos e ambientais. Além disso, a convocação do Fórum na NYCW





também possibilita articulações importantes às Convenções da ONU, como a UNFCCC e a CBD - COP, garantindo que as discussões travadas durante o evento também possam ser levadas em conta nas decisões políticas tomadas nas futuras negociações.

Considerando isto, nossos principais objetivos com o Fórum Shandia 2024 são:

- i) Aprofundar o consenso político sobre a falta de recursos direcionados aos PI&CLs, discutindo a natureza reparadora do financiamento climático e a sua necessária ligação com o financiamento direto, os direitos territoriais e a governação dos PI&CLs;
- ii) Construir compromissos políticos com os doadores para dar prioridade ao financiamento direto e à liderança dos PI&CLs nas decisões relativas aos fluxos financeiros;
- iii) Mostrar o que a Plataforma Shandia construiu desde o seu início, trazendo concretude ao nosso trabalho.

Resultados esperados do Fórum incluir:

- 1) Foi apresentado o progresso dos mecanismos territoriais sob a égide da Shandia, facilitando novos financiamentos;
- 2) Os dois novos mecanismos sob o guarda-chuva Shandia tornaram-se visíveis, em rede com os doadores para iniciar o seu trabalho;
- 3) O papel crucial da Plataforma Shandia consolidou-se como: promotora de troca de conhecimento entre mecanismos, articuladora de diversos povos da floresta tropical, facilitadora de novos mecanismos e ator-chave nas negociações de financiamento do clima e da biodiversidade;
- 4) O quadro comum para rastrear fundos para os Povos Indígenas consolidado e adotado por atores multi/bilaterais e organizações da sociedade civil;
- 5) Processos de responsabilização e aprendizagem no terreno trocados entre mecanismos;
- 6) Sistematização de melhores práticas de financiamento centradas em mulheres, raparigas e jovens, para a construção de Melhores Práticas de mecanismos de PI&CLs e futuros Documentos de Política;
- 7) Compromisso de financiamento direto aos PI&CLs adotado como prioridade na construção do novo FTFG Pledge;



- 8) GATC consolidado como órgão decisório na direção do FCLP, especialmente no que diz respeito ao financiamento de direitos territoriais nos países participantes

O Shandia Fórum 2024 acontecerá durante a Semana do Clima de Nova York:

**23 de setembro** - Evento de abertura, das 15h às 17h

**24 de setembro** - evento de dia inteiro, das 9h às 18h

**26 de setembro** - Workshop de Rastreamento de Fundos do Roteiro de Paris, das 9h às 13h